

Apoio Técnico Virtual

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS NO PAIF
CONTEXTO DAS CONDICIONALIDADES DO PBF**

CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO AOS SERVIÇOS, BENEFÍCIOS E PROGRAMAS

Para Iniciar Nosso Diálogo

1. Quais os desafios encontrados no registro do Trabalho Social com Famílias e Territórios ?
2. O CRAS tem acesso ao SICON?
3. As equipes estão engajadas no PAIF ?
4. Como está o diálogo entre as equipes CRAS/PBF/CADUNICO?



**Trilhando caminhos
protetivos no PAIF**



É urgente romper com a lógica que considera o não cumprimento das condicionalidades como um problema da família, adotando uma perspectiva que reconheça esse fenômeno como uma necessidade socioassistencial que demanda proteção e defesa de direitos.



Dimensões
relacionais

**ANÁLISE DAS
INFORMAÇÕES
SOBRE O NÃO
CUMPRIMENTO DAS
CONDICIONALIDADES**

Referenciamento
no CRAS

Dispersão
territorial

Motivos
apontados
pelo não
cumprimento de
condicionalidades

Tipo de repercussão no benefício
e quantidade de famílias

Dimensões relacionais

Identifique os motivos apontados pela saúde e educação que sinalizam alguma situação de desproteção relacional, como conflitos, abandonos, isolamento, apartação e violências diversas. Tais ocorrências indicam pontos de atenção para o trabalho social que será realizado. Procure identificar, ainda, em qual ciclo de vida se concentra o não cumprimento das condicionalidades, pois esse dado pode sinalizar tensões na capacidade de proteção familiar relacionadas à sobrecarga de cuidado e aos desafios próprios dos ciclos de vida.

Dispersão territorial

As famílias em situação de não cumprimento de condicionalidades podem se concentrar em algumas regiões específicas do território do CRAS. Essas áreas podem coincidir com regiões onde a equipe já possui conhecimento prévio de situações de desproteção social ou podem indicar novas regiões de desproteção. Vale destacar que, dentro de um único CRAS, coexistem múltiplas escalas territoriais e que as situações de desproteção variam ao longo do tempo, dada a própria dinâmica da vida social. Outro ponto importante é a identificação dos equipamentos do território com maior incidência de não cumprimento das condicionalidades, especialmente em territórios com mais de uma escola e/ou Unidade Básica de Saúde.



Referenciamento no CRAS

Essa informação, embora não conste diretamente na listagem, representa um cruzamento de dados importante a ser realizado, uma vez que a existência de famílias em não cumprimento de condicionalidades em um território de abrangência de CRAS e que não possuem referenciamento é um fator que amplia a priorização da atenção do PAIF. Esse cenário indica um agravamento das condições de desproteção, com necessidade de busca ativa prioritária para inclusão no serviço. Nesse momento, também podem ser identificadas famílias sob atenção socioassistencial do CREAS, sendo necessária a articulação com esse serviço.



Tipo de repercussão no benefício e quantidade de famílias

Identifique a quantidade de famílias em situação de não cumprimento de condicionalidades, bem como os efeitos sobre o benefício que estão sendo aplicados naquele mês de repercussão. Esta constitui a primeira camada de informação que podemos acessar.

Motivos apontados pelo não cumprimento de condicionalidades

Identifique os motivos sinalizados pela educação e saúde como indicadores de não cumprimento de condicionalidades, observando quais situações de desproteção social foram informadas. Nesse ponto, cabe destacar que a lista de motivos da saúde e educação tem passado por processos de melhoria e qualificação constantes, objetivando melhorar a capacidade de sinalização dessas políticas.



1. A busca deve ser prioritária para aquelas famílias em situação de não cumprimento das condicionalidades que não estão inseridas no PAIF, pois elas estão em uma situação de maior desproteção, visto que não estão sob a atenção do serviço;

2. As ações de trabalho social devem ser preferencialmente de caráter coletivo, rompendo com a predominância das ações particularizadas como primeira estratégia de atuação.

A participação nas ações do PAIF não é obrigatória para as famílias e não pode, em nenhuma hipótese, ser imposta como uma condicionalidade.



PASSO 3:

OPORTUNIZAR O ESPAÇO
DE ESCUTA COLETIVA E
CONSTRUIR ESTRATÉGIAS
DE PROTEÇÃO INTEGRAL

A acolhida é um dimensão estratégicas do Trabalho Social
com Famílias e Territórios

Mesmo sendo uma escuta singular
dos sujeitos, deve ser compreendida
sob uma perspectiva coletiva,
levando em consideração as
experiências territoriais e os
fenômenos estruturais do território.

A acolhida possui uma estreita
relação com o exercício da função de
vigilância socioassistencial.



PASSO 3:

OPORTUNIZAR O ESPAÇO
DE ESCUTA COLETIVA E
CONSTRUIR ESTRATÉGIAS
DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Deve-se romper com a predominância de ações individualizadas e de caráter fiscalizador dirigidas às famílias beneficiárias do PBF, que frequentemente se associam à capacidade de cada sujeito de dar conta de sua vida e aos cuidados necessários para que consiga caminhar sem a necessidade de benefícios sociais. Essa concepção é perigosa, pois induz à busca de saídas que se baseiam exclusivamente nas capacidades individuais, o que acaba por reforçar as responsabilidades familiares e individuais, desconsiderando a complexidade das situações de vulnerabilidade que enfrentam.



PASSO 3:

OPORTUNIZAR O ESPAÇO
DE ESCUTA COLETIVA E
CONSTRUIR ESTRATÉGIAS
DE PROTEÇÃO INTEGRAL

As acolhidas coletivas devem ganhar centralidade na organização do processo de trabalho do PAIF.

Elas devem ser planejadas e organizadas com maior intencionalidade técnica, tomando como referência os elementos provenientes da análise prévia das informações sobre o não cumprimento das condicionalidades.

Para tanto, é preciso organizar o planejamento antecipado das ações do PAIF de forma que, na medida em que as famílias buscam espontaneamente os serviços, as acolhidas coletivas já estejam programadas com dias e horários previamente definidos.

Trabalho com os grupos

Metodologias participativas

Uso de outras linguagens para o enfrentamento das desproteções



PASSO 3:

OPORTUNIZAR O ESPAÇO
DE ESCUTA COLETIVA E
CONSTRUIR ESTRATÉGIAS
DE PROTEÇÃO INTEGRAL



PASSO 4:

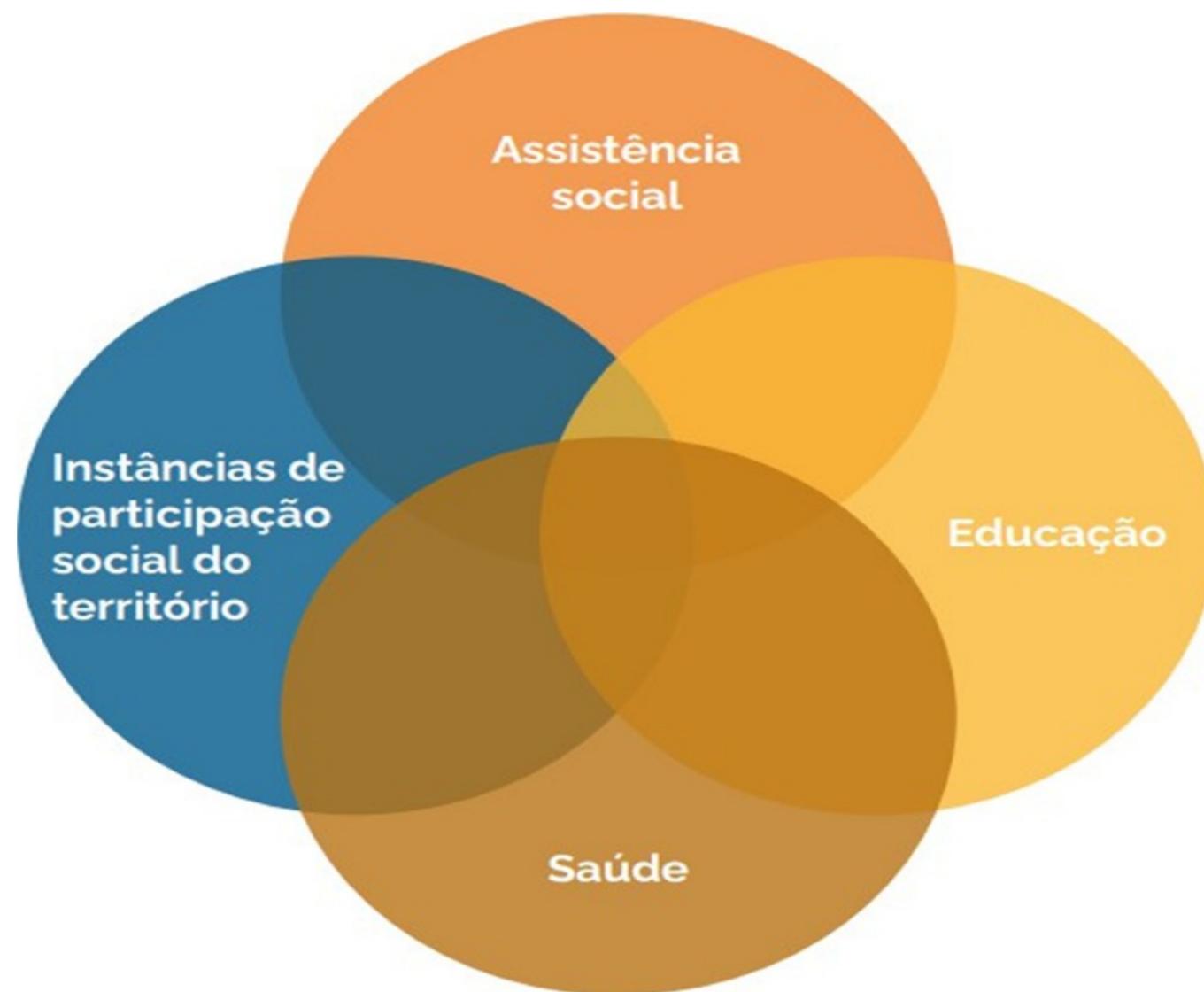
ELABORAR PLANO DE AÇÃO LOCAL EM INSTÂNCIA INTERSETORIAL

- 1. Abordagem ampliada dos problemas:** o envolvimento dos diversos atores sociais e das políticas setoriais contribui para compreender e agir de forma mais qualificada diante dos problemas do território, considerando as múltiplas dimensões de vulnerabilidade existentes;
- 2. Sinergia de recursos:** ao alinhar diferentes forças e setores, é possível ampliar o uso dos recursos disponíveis;
- 3. Respostas mais ágeis e coordenadas:** a cooperação facilita a comunicação e a coordenação, permitindo respostas mais rápidas aos desafios emergentes do território;
- 4. Ampliação da participação comunitária:** um plano intersectorial deve envolver maior participação e engajamento da comunidade, o que contribui para garantir que as soluções propostas estejam alinhadas com as necessidades reais dos usuários. Isso promove o sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada;
- 5. Sustentabilidade das ações:** a abordagem integrada tende a ser mais sustentável a longo prazo, pois cria redes de apoio e colaboração que podem continuar a funcionar mesmo com mudanças econômicas e políticas.



PASSO 4:

ELABORAR PLANO
DE AÇÃO LOCAL EM
INSTÂNCIA INTERSETORIAL



A importância da sistematização das informações sobre o Trabalho Social com Famílias e Territórios

O registro das ações desenvolvidas e dos fatos ocorridos durante o processo de Trabalho Social com Famílias e Territórios é extremamente relevante para a atenção oferecida pelos serviços, representando, ademais, um direito das famílias, que têm suas histórias de vida cuidadas e preservadas com o devido respeito institucional.

Os registros dos dados nos instrumentais, prontuários eletrônicos e/ou relatórios devem prezar pela qualidade e fidedignidade das informações, devendo ainda ser claros e objetivos, sem juízos de valores ou posicionamentos pessoais que culpabilizam as famílias.

O Prontuário SUAS deve estar atualizado com as informações relacionadas ao não cumprimento das condicionalidades, bem como aquelas referentes às ações realizadas com as famílias. O Prontuário é uma importante ferramenta de qualificação do trabalho social realizado, garantindo o registro padronizado e sistematizado das informações.

O Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON) é uma ferramenta de apoio à gestão intersetorial que integra informações sobre o acompanhamento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação, bem como nas ações de Trabalho Social com Famílias e Territórios desenvolvidas pela assistência social. Os registros de informações nesse sistema são importantes porque demonstram que as famílias beneficiárias do PBF são o foco da atenção prioritária do PAIF.

